



CMG (FN) Paulo Sergio C.B. **Tinoco** Guimarães
tinoco@marinha.mil.br

Possibilidades e Necessidades de uma Força Expedicionária para o Brasil



O CMG (FN) Tinoco é atualmente o Adido Naval do Brasil no Paraguai. É oriundo da Escola Naval. Possui vários cursos na área de Operações Especiais, sendo Comandos Anfíbios, Precursor Paraquedista e Mergulhador, entre outras especialidades. Realizou o Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM) na Escola de Guerra Naval, em 2015. Comandou o Batalhão de Operações Ribeirinhas, em Manaus/AM. Foi o chefe da Seção de Planejamento (D5) do Estado-Maior Conjunto, do Coordenador Geral de Defesa de Área, antes e durante os Jogos Olímpicos RIO 2016. Possui, também, MBA em gestão empresarial e pós-MBA *Latu sensu* em gestão internacional, ambos pelo instituto COPPEAD/UFRJ.

Acredito que este periódico, diferente de outras revistas militares e com distinção também dos trabalhos acadêmicos que realizamos (ou realizaremos), em nossos centros de ensino militares, ao longo de nossas carreiras, deva constituir-se em uma leitura mais leve, dinâmica e objetiva e que, portanto, permite liberar-se de formalidades científicas e outras normas técnicas que caracterizam àquelas. Ao folheá-la, levo meus pensamentos ao que foi o informativo de mesmo nome, décadas passadas, onde o “Decida” e principalmente as respostas enviadas pela “tenentada” e pelos sargentos auxiliares gerava uma sadia competição entre nossas Unidades e bem caracterizava nosso espírito de corpo, e que hoje, talvez por preservar essas características, continua tendo a repercussão que tem, e me faz avançar logo para as páginas finais da revista, para ler as criativas soluções propostas aos problemas militares apresentados na edição anterior.

Figura 1: NDM “BAHIA” transportando parte da Força Expedicionária



Fonte: o autor

Seguindo por este caminho, recebi a missão de escrever acerca das possibilidades e necessidades de uma Força Expedicionária para o Brasil, o que inicio agora, com a certeza de que estou rascunhando algo o qual realmente acredito que deva ser uma capacidade necessária das Forças Armadas brasileiras, particularmente capitaneadas pela nossa Marinha do Brasil (MB), pelo menos nos momentos iniciais de sua ativação, caso venha a ocorrer. Optei por desenvolver o tema em um texto corrido que buscarei abordar objetivamente em quais cenários poderíamos empregar tal capacidade, especificando as demandas em termos de urgência de emprego e vulto da força necessária, levando em conta a realidade que estamos envolvidos.

Qual a probabilidade de ocorrência de conflitos militares, globais ou regionais, a ponto de exigir a participação do Poder Naval (PN)¹, para a salvaguarda de pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira, fora do território nacional? Minha opinião: tal probabilidade de ocorrência é relativamente alta, e daí urge a necessidade de se estar sempre pronto para ativar uma Força Expedicionária! Em uma época de descaracterização das formas de conflito, penso que as situações de não-guerra e/ou emprego limitado da força² é que poderiam ocorrer os principais empregos, no contexto de projeção de poder sobre terra - a utilização de forças treinadas para a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior, bem como para o atendimento a compromissos internacionais assumidos pelo país - externadas em uma Força-Tarefa (FT) que contenha meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, em uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes (OpENC) ou em uma Operação de Ajuda Humanitária ou ainda de Paz.

¹ Componente militar do Poder Marítimo.

²Embora empregando o Poder Militar, no âmbito interno e externo, não envolvem o combate propriamente dito ou este é utilizado de forma limitada.

Permito-me iniciar este artigo, reproduzindo parcela do texto de autoria do CT (FN) Stephen, então Comandante da Companhia de Carros Lagarta Anfíbios do Batalhão de Viaturas Anfíbias de Fuzileiros Navais, que pode ser encontrado em diversas redes sociais e que acompanha seu vibrante vídeo de 1 minuto e 45 segundos relatando suas experiências e impressões sobre a “Operação Sinal Vermelho” (realizada em 2017)³:

[...] Quando me dei conta, éramos quase 800 militares arriscando nossas vidas em diversos meios: navios, CLAnfs, embarcações de desembarque, helicópteros e tudo mais que a Marinha pudesse utilizar. Mas disso tudo sabe o que mais me chamou a atenção? O fato de que todos esses militares foram simular a retirada de 80 brasileiros e 13 cidadãos de países amigos que no exercício precisavam fugir de um país que tinha entrado em conflito. É isso mesmo! 800 pessoas arriscando suas vidas para salvar 93. E sabe o que é mais interessante? Fariamos isso tudo mesmo que fosse para salvar apenas uma!

É assim que trabalhamos. Um preocupado com a vida do outro. É como se cada um fosse a nossa família.

Esse é o propósito do meu trabalho! Esse é o propósito da minha vida! (FERRO, 2017)

Muito feliz e oportuna considero a forma como ele sintetizou as principais características de uma Força Expedicionária nas entrelinhas de sua fala, características estas já apresentadas pelo meu companheiro de turma, CMG (FN) Cláudio Leite, no seu artigo anterior a este, nesta mesma revista. Ele externa também em seu vídeo o nosso comprometimento com a principal razão de existência do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e também o que se constitui um de nossos eixos estruturantes: existimos para realizar Operações Anfíbias!

Figura 2: CLAnf desembarcando a Força Expedicionária



Fonte: o autor

É notória a ligação do CFN, como registrado na Estratégia Nacional de Defesa (END), com esse tipo de operação, atribuindo-lhe o título de Força Expedicionária por excelência. Dentro dos

³Exercício constante do Plano Geral de Adestramento do Comando de Operações Navais (CON), que simulou uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes no litoral do Espírito Santo (ES), buscando testar a prontidão operativa dos meios navais, de fuzileiros navais e aeronavais, da Esquadra e da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE).

5 Objetivos Nacionais de Defesa⁴ do país, que surgiram da análise da conjuntura internacional e do entorno estratégico do Brasil, todos explicitados na Política Nacional de Defesa (PND), constatamos que, compatível com a estrutura político-estratégica que pretendemos ter, a manutenção de uma tropa de pronta resposta auxiliará no cumprimento de tais objetivos e contribuirá para defender os nossos interesses no exterior.

A nossa sociedade e principalmente os líderes políticos devem ter o conhecimento real da capacidade da sua Marinha de guerra. Em 2006, não enviamos ao Líbano uma FT Anfíbia para evacuar aproximadamente 2900 cidadãos brasileiros envolvidos no conflito iniciado pelo Hezbollah contra Israel, por desconhecimento de nossas capacidades por parte dos decisores políticos e por falta de oportunidade de apresentar a esses decisores a opção adotada por países como Austrália, Índia, Estados Unidos da América, Itália e França, entre outros, que evacuaram da região do conflito milhares de compatriotas utilizando suas Marinhas. Naquela oportunidade o Brasil, quando optou por uma retirada inicial por via terrestre, encontrou grandes dificuldades, o que agora parece seguro afirmar que a hipótese apresentada de realizar uma OpENC utilizando o PN teria proporcionado maior mobilidade e permanência à força, além das vantagens de poder retirar simultaneamente e em menos tempo uma maior quantidade de nacionais, e de promover maior segurança aos mesmos. Tanto era factível tal opção, que até hoje temos uma Fragata naquela região, compondo e chefiando uma FT marítima de uma missão da ONU, em águas deveras distantes.

Figura 3: Poder de combate balanceado



Fonte: o autor

Merece destaque, de outra parte, o fato de que é possível conduzir a bordo de nossos navios uma grande quantidade de suprimentos e medicamentos, que poderiam ser doados no contexto de uma ajuda humanitária. Evacuar cidadãos e prestar apoio humanitário, no contexto vivido naqueles 33 dias de conflito no Oriente Médio, teria sido uma nobre missão realizada com sucesso pelo binômio

.....
⁴I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
II. defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;
III. contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;
IV. contribuir para a estabilidade regional; e
V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais. (BRASIL, 2012a)

MB/MRE, como assim o foi pela FAB/MRE⁵, mas que provavelmente teria tido vantagens relevantes em relação à opção adotada (terrestre-aérea), principalmente no que tange aos requisitos mobilidade, permanência, capacidade de transporte e segurança. Destaca-se a visibilidade positiva que operações bem sucedidas desta magnitude trariam para a MB (GUIMARÃES, 2007).

Sobre isso nosso Planejamento Estratégico (EMA-300) destaca em seu capítulo sobre identidade estratégica:

A salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior, que pode implicar o cumprimento das tarefas de proteção, evacuação ou resgate de brasileiros no exterior deve receber atenção, mormente, quanto ao adestramento, para desenvolvê-las com eficácia, em razão de ser a MB a Força preponderante, com meios materiais e humanos, para cumpri-las de modo independente (BRASIL, 2017).

O que devemos ter em mente, levando em consideração a Missão e a Visão da Marinha, é que uma Força Naval que busca mostrar-se relevante a um País como o Brasil, grande economicamente e que tem a capacidade de forte influência regional, deve ser desenvolvida prioritariamente para o emprego em combate e que, dessa forma, terá sim capacidade para atender a outras exigências eventuais da Política Nacional. Destacou ainda o EMA-300: “Se estivermos prontos e bem aparelhados para a nossa tarefa principal, certamente poderemos atender, com maior eficiência e eficácia, as demais atribuições da Marinha” (BRASIL, 2017).

⁵De acordo com Nota do MRE tratando do tema, foram retiradas 2.950 pessoas brasileiras, no período de 18 de julho até 21 de agosto, sendo 2.678 transportadas em 14 voos da FAB e em quatro voos efetuados pelas companhias aéreas brasileiras TAM, GOL, BRA e Varig (GUIMARÃES, 2007).

Figura 4: NDM “BAHIA” flexibilidade nos meios de desembarque



Fonte: o autor

Em meu trabalho de conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM 2015) escrevi sobre a “Guerra Irregular no início do século XXI e seus reflexos para a MB”. Ao final, com base no conhecimento obtido, constatei que a MB já executa tarefas múltiplas e simultâneas dentro do espectro das operações militares, o que lhe permite direcionar seu esforço para o caso de emprego em um conflito irregular, bem como marcar seu envolvimento direto na manutenção da ordem social, quando solicitado (GUIMARÃES, 2015). Estendo o raciocínio para a pergunta que surge: estamos prontos para enviar o que seria a vanguarda de uma Força Expedicionária a qualquer momento? Se mantivermos nosso adestramento básico, associado a posse dos meios adequados, com destaque para os

Figura 5: NDM “BAHIA” formação da vaga de assalto
Fonte: o autor



Navios Anfíbios, com certeza sim! A partir do mar, podemos chegar mais cedo, ainda oportunamente para conseguir influenciar a evolução da situação, permanecemos mais tempo, levamos tudo que precisamos e contamos com a condição de liberdade de navegação.

A instabilidade gerada por organizações extremistas violentas e outras organizações terroristas desestabiliza os Estados soberanos e ameaça a normalidade econômica global. Coalizões se apresentam como Forças capazes de se contrapor a essas ameaças e de dar respostas a crises internacionais, e as Forças Expedicionárias são uma excelente solução para externá-las e colocá-las em ação. Nosso País tem que estar em condições de compô-las e deve demonstrar que possui essa capacidade, por meio de exercícios e adestramentos constantes, mantendo a prontidão para responder a crises e proteger os cidadãos e interesses do Brasil e de seus parceiros.

Associar uma Força Expedicionária a uma Marinha é algo natural para profissionais da guerra ou leigos que se interessam pelo assunto. Uma das tarefas da MB, sabemos, é apoiar a política externa do País. Entendo que é a oportunidade, quando o PN é convenientemente empregado, de ajudar o Brasil a garantir acordos e alianças celebrados no nível político, reforçando laços de amizade e também influenciando favoravelmente na opinião pública. Mas para isso temos que estar preparados e em constante adestramento. Forças expedicionárias navais podem projetar poder a grandes distâncias, realizando uma Operação Anfíbia (OpAnf) dentro do contexto de uma Campanha Conjunta, e podem também prover assistência humanitária imediata aos afetados por uma catástrofe natural, sem depender de portos ou aeroportos inacessíveis ou danificados.

Figura 6: NDCC "ALMIRANTE SABOIA" desembarque do autossustento



Fonte: o autor

O tema foi tratado em um Seminário conduzido pelo Exército Brasileiro (EB), isso mesmo, pela nossa Força terrestre! Temos que quebrar os paradigmas e buscar individualidade e singularidade em nosso emprego. A atuação conjunta é condição quase que inerente ao emprego moderno da solução militar e veremos nos próximos artigos desta edição como a atividade expedicionária se enquadraria no contexto das Operações Conjuntas. Naquele Seminário, que foi realizado em 2015, enquadrado nos estudos para a modernização do EB, externou-se várias vezes o sentimento de que a MB pode funcionar como uma espécie de "ponta de lança" para uma Força Expedicionária, atendendo com maior rapidez às necessidades dos conflitos, ganhando tempo para o posterior deslocamento de uma Força Expedicionária com maior capacidade de durar na ação, e que exige um trem logístico muito superior ao de uma Unidade Anfíbia (UANf) ou de um Elemento Anfíbio (ElmAnf). Ficou claro o entendimento dos participantes do seminário de que tropas anfíbias, integrando conjugado anfíbio, são natural e intrinsecamente Forças Expedicionárias, exclusivamente aptas às ações de "entrada forçada" a partir do mar e que, no âmbito da Defesa, deve naturalmente caber ao CFN a resposta imediata ao emprego expedicionário quando a situação assim o exigir, ocorrendo obrigatoriamente dessa forma quando uma OpAnf for a solução escolhida (BRASIL, 2015).

No contexto da estrutura de defesa norte-americana, existem diversos institutos de pesquisa que prestam assessoramento aos Ministérios em inúmeras áreas, os conhecidos "*Think tanks*"⁶. Em relatório divulgado, um deles, o RAND Corporation⁷, em apoio ao estudo e ao desenvolvimento do Departamento de Defesa (DoD), especificamente dos problemas gerados para as MAGTAF e para as MEU⁸ pela falta de espaços de embarcação nos navios da *U.S. Navy* que as conformam e transportam, e que dificultam o atendimento de todas as capacidades levantadas para as mesmas, avaliou-se o quão danoso podem ser os cortes orçamentários e como influenciariam na capacidade das Forças daquele país para atuarem em crises no exterior. O fato de não poder levar todo o pessoal/ material a bordo dos navios disponíveis, exige flexibilidade e adaptação às soluções apresentadas, ocorrendo naturalmente uma priorização do planejamento para o embarque/desembarque. Interessante observar o envolvimento de todas as expressões do poder nacional naqueles problemas que, em tese, são majoritariamente relacionados ao setor da Defesa - um bom exemplo a ser seguido. O estudo em questão apresenta uma sugestão de ferramenta em *software* para ser aplicado nessa distribuição, facilitando o processo decisório e o inventário que será embarcado. Sugiro a leitura da referência aos que desejarem se aprofundar no tema (RAND, 2012).

⁶*Think tanks* são organizações ou instituições que atuam no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas sobretudo em assuntos sobre os quais pessoas comuns (leigos) não encontram facilmente base para análises de forma objetiva. Os *think tanks* podem ser independentes ou filiados a partidos políticos, governos ou corporações privadas. (Fonte: Wikipedia)

⁷Acrônimo de Research AND Development.

⁸Marine Air Ground Task Force, corresponde ao Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, e Marine Expeditionary Unit, corresponde à Unidade Anfíbia, respectivamente.

Isto apresentado, podemos concluir este artigo lançando um desafio àqueles que desejarem fazer um exercício mental em seus momentos de ócio criativo: DECIDA! Como poderia estar configurado um GptOpFuzNav - valor ElmAnf - que estivesse pré-embarcado nos meios navais de uma FT⁹, que pudesse ser empregada para ajudar nas soluções dos atuais conflitos descaracterizados e considerando o amplo espectro dos mesmos, atuando portanto em diversos contextos? Como vocês conformariam seus Componentes, dessa vanguarda de uma Força Expedicionária? O que não poderia

⁹Meios Navais e aeronavais da FT fictícia: 1 NMD (o Bahia, por exemplo), com 1 EDCG, 1 EDVM e 2 helicópteros Super-Puma (UH-14); 1 Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC); 1 Navio Tanque e 2 Fragatas (ou outra classe de escolta), com 1 helicóptero Esquilo (UH-12/13) embarcado em cada um desses navios.

faltar em pessoal/material visando atender as características desejáveis de uma Força moderna, equilibrada e balanceada, que disponha de meios compatíveis com a inserção político-estratégica de nosso País no cenário internacional e, em sintonia com os anseios da sociedade brasileira¹⁰?

Divirtam-se! E aguardo suas ideias, que podem ser enviadas para meu e-mail mencionado no início deste artigo. Quem sabe não consigamos escrever outro *paper* contendo um resumo das brilhantes sugestões de nossos leitores? ADSUMUS!

¹⁰Texto extraído da VISÃO da MB, apresentado no PLANO ESTRATÉGICO da MARINHA (EMA-300), 3ª revisão, de 22 de junho de 2017.

Referências

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando do Desenvolvimento Doutrinário. **Ofício n.87/2015**: relatório do Seminário sobre Força Expedicionária. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior. **EMA-300**: Plano Estratégico da Marinha. Brasília, DF, 2017.

_____. **EMA-305**: Doutrina Básica da Marinha. Brasília, DF, 2014.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.

FERRO, Stephen. Vídeo publicado em sua linha do tempo no *facebook*. 15 de jun 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/stephen.ferro.75?ref=br_rs>. Acesso em: 10 jul. 2017.

GUIMARAES, Paulo S C B Tinoco. **Evacuação de Não-Combatentes no Líbano em 2006**: uma hipótese de emprego do Poder Naval e seus reflexos junto à sociedade. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores – CEMOS)-Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

GUIMARAES, Paulo S C B Tinoco. **A Guerra Irregular no início do século XXI**: seus reflexos para a Marinha do Brasil. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas – CPEM) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015.

RAND Corporation. National Defense Research Institute. **TR 1253**. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0B_B2-ezUXhObRmt10WhxUTBYam8>. Acesso em: 10 jul 2017. Santa Monica, CA, 2012.